

HELOISA
BUARQUE
DE HOLLANDA

EXPLOÇÃO

FEMINISTA

ARTE, CULTURA,
POLÍTICA E
UNIVERSIDADE



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2018 by Heloisa Buarque de Hollanda

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico
Tereza Bettinardi

Preparação
Julia Passos

Checagem
Luiza Míguez

Revisão
Angela das Neves
Adriana Moreira Pedro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Explosão feminista : arte, cultura, política e universidade /
Heloisa Buarque de Hollanda — 1ª ed. — São Paulo: Companhia
das Letras, 2018.

Várias autoras.
ISBN 978-85-359-3179-2

1. Feminismo 2. Igualdade 3. Liderança em mulheres
4. Mulheres – Aspectos sociais 5. Mulheres – Direitos
6. Mulheres – Educação 7. Mulheres – História 8. Mulheres – Trabalho
1. Hollanda, Heloisa Buarque de.

18-20428

CDD-305.42

Índice para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Condições sociais : Sociologia 305.42

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para Maria, Pê e duas Julias,
pela parceria e pelo afeto*

*Para Cata, Manu
e duas Ciças,
no momento certo*

*Quando não indicada a fonte,
a citação faz parte de
depoimentos recolhidos
especialmente para este livro.*

SUMÁRIO

- 11 *Introdução: O grifo é meu*

PARTE 1: A NOVA GERAÇÃO POLÍTICA

- 23 Rua — *com Maria Bogado*
43 Rede — *com Cristiane Costa*
61 Política representativa — *com Antonia Pellegrino*

PARTE 2: PALAVRA FORTE

- 75 Nas artes — *com Duda Kuhnert*
105 Na poesia — *com Julia Klien*
138 No cinema — *com Érica Sarmet e Marina Cavalcanti Tedesco*
156 No teatro — *com Julia de Cunto*
179 Na música — *com Julia de Cunto e Maria Bogado*
205 Na academia — *com Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias*

PARTE 3: OS FEMINISMOS DA DIFERENÇA

- 241 Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero —
por Heloisa Buarque de Hollanda
252 Feminismo negro — *por Cidinha da Silva e Stephanie Ribeiro*
301 Feminismo indígena — *por Marize Vieira de Oliveira*
325 Feminismo asiático — *por Caroline Rica Lee, Gabriela Akemi
Shimabuko e Laís Miwa Higa*
343 Transfeminismo — *por Helena Vieira e Bia Pagliarini Bagagli*
379 Feminismo lésbico — *por Érica Sarmet*

400	Feminismo radical — <i>por Eloisa Samy</i>
414	Feminismo protestante — <i>por Lília Dias Mariano</i>

**PARTE 4: AS VETERANAS OU UM SINAL DE ALERTA
SOBRE UMA MEMÓRIA NÃO ESCRITA**

445	Bila Sorj
453	Sueli Carneiro
461	Jacqueline Pitanguy
480	Malu Heilborn
486	Schuma Schumacher
497	Maria Betânia Ávila
505	Branca Moreira Alves
515	<i>Notas</i>
531	<i>Créditos das imagens</i>

O GRIFO É MEU

Grifar quer dizer sublinhar, ressaltar, chamar atenção para.

Sou uma feminista da terceira onda. Minha militância foi feita na academia, a partir de um desejo enorme de mudar a universidade, de descolonizar a universidade, de usar, ainda que de forma marginal, o enorme capital que a universidade tem.

Nunca me interessei por uma carreira acadêmica tradicional. Senti, desde muito cedo, como minha missão intelectual, pesquisar e abrir espaço para novas vozes, novos saberes e novas políticas. Meu trabalho com mulheres, especialmente na década de 1980, foi parte importante dessa tarefa.

Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeraram, gritando diante da ameaça de retrocesso que representava a aprovação do Projeto de Lei 5069/2013, que dificultaria o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal. Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles não seriam gritos passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos, ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo. Elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação. E, para meu maior espanto, suas demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca.

Penso em Grace Passô, artista, dramaturga, que para mim é o ícone desta geração de jovens feministas. Grace, pura qualidade e agudeza, consegue ativar o sentimento, o desejo, a revolta, a garra e a criatividade deste momento como poucas. É ela que assim expressa o diferencial das minas: “Historinhas eu tenho mil, poderia contar várias, mas não é isso que importa. Importa se ressoa, importa se te importa, se me exporta para ti, leitor, importa se me ouve, se me escuta, se move tuas batidas, se acelera, se retarda”.¹

Eu ouvi, me encantei e quis/quero registrar esse momento. Mas sou uma feminista da terceira onda. Meu jeito e minhas estratégias não são as que vejo em cena aberta. Como vou falar por, ou mesmo sobre, essa geração que me tomou de assalto? O feminismo hoje não é o mesmo da década de 1980. Se naquela época eu ainda estava descobrindo as diferenças entre as mulheres, a interseccionalidade, a multiplicidade de sua opressão, de suas demandas, agora os feminismos da diferença assumiram, vitoriosos, seus lugares de fala, como uma das mais legítimas disputas que têm pela frente. Por outro lado, vejo claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração.

Fui me aproximando e ouvindo, ouvindo muito. Ficou logo claro para mim que este livro não seria escrito tranquilamente em primeira pessoa. Eu precisava de um formato editorial que enquadrasse, com um mínimo de justiça, o que eu percebia nas ruas, nas redes, nas artes.

Eu precisava trazer aquela potência coletiva e horizontal, suas vozes, para dentro deste projeto. Pensei, então, num livro-

-ocupação. Que venham as novas feministas e me atropelem, me falem, me contem. Mas o livro tinha que ser meu, disse Alice Sant'Anna, minha editora, poeta, feminista e também voz deste livro. Lembrei então de uma outra palavra corrente nessa geração digital: compartilhar. É isso. Neste livro, compartilho a pesquisa e a escrita de todos os textos com as novas feministas. Escrever *com* não é fácil, como ficou comprovado durante a realização deste trabalho. É uma outra experiência de escrita. Rica. Densa. Afetiva. Bastante conflitiva. Emprestei um pouco da minha experiência, das minhas leituras, das minhas lutas. Recebi muitos saberes, perspectivas, vivências. O resultado é um texto feito de grifos, alertas, discordâncias, identificações.

Quanto ao conteúdo, procurei produzir um panorama da quarta onda feminista, examinando o contexto dos novos ativismos nas ruas e na rede, dos vários feminismos da diferença, do feminismo na poesia, nas artes, na música, no cinema, no teatro e na academia. Percebi, ao longo da pesquisa, uma inexplicável lacuna de memória na história da terceira onda feminista no Brasil. Abri, então, uma última parte, que chamei de “As veteranas”, com depoimentos de lideranças importantes daquele momento. A ideia da criação desse quase anexo, com apenas sete depoimentos, entre tantos ausentes, não pretendeu dar conta dessa história. Veio como um alerta para a urgência de um trabalho nesse sentido.

Explicado o livro, me explico como feminista, ou seja, de que lugar eu falo, como me encontrei com as feministas de hoje.

Como muitas mulheres da década de 1960 que participaram dos movimentos estudantis, da UNE, dos CPCs² e da cultura de oposição à ditadura, militei em várias frentes, mas, inicialmente, não me identifiquei diretamente com as lutas feministas, que surgiam na Europa e nos Estados Unidos levantando a bandeira “o pessoal é político” e defendendo o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual e ao fim das desigualdades

no trabalho e no contexto familiar. No Brasil, a coisa foi diferente. A maioria dessas bandeiras confrontavam, diretamente, vários dogmas da Igreja, uma das principais instituições progressistas na época. Assim mesmo, as iniciativas feministas conseguiam se articular com a Igreja ou com o Partido Comunista que, da mesma forma, era um parceiro importante na luta contra o regime militar, mas se tornava um complicador para o movimento de mulheres. A Igreja, por sua recusa ao aborto e à liberdade sexual, e o Partido Comunista, pela insistência numa luta mais ampla na qual não cabiam as demandas singularizadas das feministas.

O resultado foi uma fragilização inicial do nosso feminismo, que mostrava certo recuo em relação ao feminismo internacional, concentrando-se, prioritariamente, nas questões trabalhistas, na demanda por creches, no controle da violência doméstica e no enfrentamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres ao longo da década de 1970.

Nesse momento, e ainda sob a pressão da ditadura, eu trabalhava com a cultura de resistência, ou marginal, e não me sentia particularmente suscetível às lutas das mulheres. Em 1982, antes dos movimentos por eleições diretas, fui fazer um pós-doutorado sobre as relações entre política e cultura na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Não se passaram três meses e a ficha caiu. Me descobri feminista a 7666 quilômetros do Brasil. Meu caso não foi único. Estudos³ mostram que a maioria das feministas da chamada terceira onda passou um período fora do país, seja por exílio, por estudos ou por circunstâncias desfavoráveis de trabalho e criação no Brasil dos anos de chumbo. O que haveria na cultura das diferenças no Brasil que não se mostrava solo firme para as ideias feministas ou raciais? Essa pergunta fica em aberto.

Por outro lado, na época da transição democrática, que cobre as décadas de 1980 e 1990, o feminismo nos surpreendeu

ao construir fortes articulações com instituições políticas e organizações não governamentais. Esse movimento procurava, sobretudo, o uso de ferramentas institucionais para pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres.

No final deste livro, vemos, nos depoimentos das veteranas, a atuação feminista que, já em 1985, se mostrava viva e atuante na campanha pelas Diretas Já, na formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Nas eleições de 1985, a maioria dos partidos apresentou propostas encaminhadas por grupos feministas. Em 1988, o Lobby do Batom, no contexto das decisões da Assembleia Constituinte, se desdobrou em mobilizações por todo o país e alcançou grandes conquistas. Na academia, lutou-se pela institucionalização dos estudos feministas e de gênero. Foi nesse espaço que coloquei meu desejo e meu ativismo.

De volta ao Brasil após meu período na Universidade de Columbia, cheia de entusiasmo e pilhas de cópias de livros e artigos da produção acadêmica das mulheres daquele momento, desenhei o projeto de um núcleo de pesquisa de gênero na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em vão. Levado ao Conselho da Escola, o projeto foi recusado por uma razão interessante: a área de Comunicação não seria adequada para o desenvolvimento dos estudos de gênero. Em vão, também, a maior parte do material contido nas minhas tantas cópias. Pelo menos no campo dos estudos literários, a crítica feminista anglo-saxã parecia não “encaixar”, não oferecer os instrumentos analíticos ideais para o estudo das relações de poder entre homens e mulheres no Brasil. Esse aparente empecilho transformou-se numa paixão interpretativa, e então mergulhei nas figuras matriarcais nordestinas, na pesquisa sobre as amas de leite, nas leituras regionalistas de Norte a Sul do país e suas especificidades riquíssimas. Deixei a acade-

mia americana para trás, seus modelos institucionais e analíticos, e iniciei um momento muito feliz de trabalho no CIEC. O CIEC era o Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais, um guarda-chuva dissimulado para a pesquisa de gênero, raça, classe, imigração e tudo mais que não cabia, segundo o Conselho mencionado, na enigmática área de Comunicação.

Foi no CIEC que organizei a Coleção Quase Catálogo, mapeamento de mulheres em áreas como cinema, cinema mudo e artes visuais. Foi ainda no CIEC que, com Lena Lavinas e o comitê da Fundação Carlos Chagas, criamos, em 1992, a *Revista de Estudos Feministas*, atualmente sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/ UFSC). Foi lá que organizei o seminário “¿Y nosotras Latinoamericanas?”, um encontro em busca das particularidades e horizontes de nosso feminismo. Estudava e dava cursos sobre relações de gênero, um termo novo naquele momento. Tempo bom. Conselhos nacionais e estaduais avançavam na defesa de direitos, ONGs e apoio a mulheres proliferavam, os estudos de gênero se ampliavam (ou se infiltravam?) nas universidades. Jean Franco, minha orientadora, feminista e professora na Universidade de Columbia, defendia com unhas e dentes o “direito de interpretar”.

No quadro no qual se desenvolviam os estudos feministas, os discursos sobre identidade foram progressivamente conquistando posições mais flexíveis, passando agora a se assumir como estudos de gênero. Essa mudança se dá por volta de 1975, quando a antropologia começava a questionar as narrativas de Marx, Engels, Freud e Lacan. Foi nesse impulso que Gayle Rubin enfrenta Lévi-Strauss e usa, pela primeira vez, o termo gênero, afirmando a existência de um sistema de sexo-gênero associado à própria passagem da natureza para a cultura. Gayle oferecia ali elementos para a futura elaboração do conceito de gênero e, mais perturbador ainda, já enfrentava o pressuposto da hetero-

normatividade. Não é por acaso que Judith Butler demonstra frequentemente sua admiração e mesmo compromisso com o trabalho de Gayle Rubin. Mas o texto da autora que mais me marcou foi o artigo “Pensando sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, publicado em 1984, no qual a autora afirmava a necessidade da separação analítica entre gênero e sexualidade, propondo que o sexo, enquanto vetor de opressão, atravessa todos os modos de desigualdade social, como classe, raça, etnicidade ou gênero. É fácil perceber o efeito inaugural e provocador dos textos de Gayle Rubin para o feminismo histórico, hoje percebido como branco ou universal.

Viver aquele momento foi um privilégio. Lembro-me de meus modelos teóricos se reformulando a cada leitura, da minha perplexidade com a abertura de caminhos a partir do encontro com novas teorias, novos enfrentamentos, novos compromissos.

Mas nada se compara com o choque produzido pela chegada do livro *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color*, organizado por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa, em 1981. Era um livro muito diferente dos textos acadêmicos e ativistas que começavam a surgir com uma frequência inesperada. Era um livro de escrita acessível, íntima, de fala localizada, quase uma roda de conversa na qual as relações entre mulheres ganhavam uma inédita visibilidade. Um formato editorial absolutamente novo, que misturava poemas, textos de análise, crítica, desenhos, testemunhos, depoimentos, entrevistas; enfim, um livro pensado para acolher todas as camadas da experiência e do pensamento das mulheres de “cor” — no caso, negras, latinas, chicanas, judias, asiáticas, terceiro-mundistas. Um livro solidário, um corpo que se estende como ponte para suas companheiras, como diz o título. Um xeque-mate no ideal utópico da sororidade feminista. Percebi que eu não sabia nada sobre mulheres.

Daí em diante, se acelerou a discussão das matrizes e paradigmas do próprio feminismo. Algumas figuras foram decisivas para mim. Em 1983, Gayatri Spivak colocou a pergunta que se tornou ícone: “Pode um subalterno falar?”, abrindo um enorme campo de debates sobre posicionalidades dos sujeitos em quadros de dominação colonial e racial.

Pouco depois, em 1985, Donna Haraway publica o ensaio “Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século xx”. Promovendo um avanço radical nos debates feministas, o manifesto se vale da estranha figura do ciborgue, entre o animal e a máquina, e desafia frontalmente as políticas de identidade em curso no ativismo feminista. Implacavelmente contra qualquer essencialismo, o manifesto apresenta uma criatura pós-gênero que apaga todos os marcadores binários das definições identitárias, liberando espaço para novas formas híbridas de sexualidade. Na sequência, em 1987, Teresa de Lauretis traz a noção de tecnologias de gênero, que imprimem nos discursos sociais a ideia do que é ser homem ou mulher, que adequam os corpos aos limites dos gêneros, domesticam o desejo e impõem normas a serem seguidas. Teresa é a primeira feminista a usar o termo *queer* como atravessamento das barreiras do gênero.

Essa onda teórico-feminista, bem maior do que imaginávamos, fecha um ciclo, em 1990, com a publicação de *Problemas de gênero*, de Judith Butler, considerado “o ponto de virada do gênero”. Judith Butler, de certa forma, sistematizou o pensamento mais radical da década de 1980 e avançou com a noção de *devir gênero*, de que ecoa de longe a ideia de *devir mulher*, de Simone de Beauvoir. O devir gênero implica necessariamente em outra noção, a de *performatividade de gênero*, que permite o estudo da proliferação das configurações culturais de sexo e gênero e põe em cena definitivamente o feminismo queer. Para Judith, não é possível falar em teoria queer sem pensarmos na categoria de


“gênero” como sendo algo fluido, socialmente construído, performado e sistêmico. Chegávamos, afinal, num ponto em que se tornava impossível falar em gênero sem falar no aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

O boom teórico da terceira onda feminista foi, sem dúvida, um momento de fortes emoções epistemológicas. Foi nesse momento que me aproximei e me comprometi de forma mais efetiva com o feminismo. Pensando hoje, o que é mais surpreendente é que essa virada de eixo do pensamento feminista já com mais de trinta anos, só hoje entra com mais conforto no espaço público do ativismo feminista e na experiência social de feministas LGBTQIS.

Quando falo dessas teóricas e de seus feitos, estou falando, na verdade, de caminhos pessoais, de como vivi meus encontros teóricos e, sobretudo, minhas afinidades eletivas enquanto feminista e acadêmica. Muito provavelmente, a trajetória do pensamento feminista não se deu nessa “linha evolutiva” que trago aqui. Mas foi essa a minha experiência intelectual nos anos 1980 e que orientou decisivamente meu trabalho e minhas ações (e recuos) político-institucionais no campo dos estudos de gênero. De tudo isso, se eu for avaliar, diria que fiquei com a lição de Anzaldúa: “É somente através de existirmos no modo da tradução, constante tradução, que teremos alguma chance de produzir um entendimento das mulheres ou, de fato, da sociedade”.

Foi mais ou menos por aí que se deu o meu encontro e este meu trabalho com as novas feministas.

Rio de Janeiro, agosto de 2018



1

**A NOVA
GERAÇÃO
POLÍTICA**

Eu vejo muita gente hoje negligenciando a importância das jornadas de junho de 2013. Acho que todas essas pessoas que foram pra rua, de todos os posicionamentos políticos, descobriram uma força incrível que antes não conheciam. Para os movimentos das minorias isso é muito importante. O feminismo teve um boom depois de 2013, o movimento negro também. Eu vejo que a nossa juventude está caminhando no sentido de incluir a política nas nossas relações, no dia a dia. Então por isso é que sofremos essa guinada conservadora, ela é uma resposta a esse processo de conscientização pelo qual estamos passando.

Isabella Dias, estudante secundarista¹

O ano de 2013 já vinha sendo perpassado por pequenas manifestações relacionadas ao aumento do preço do transporte público. Em março, protestos em Manaus e em Porto Alegre criticaram o aumento das tarifas. No dia 16 de maio, um ato em Goiânia reuniu mil pessoas. Já em São Paulo, no dia 19 de maio, o Movimento Passe Livre (MPL) promoveu ações na Virada Cultural e seguiu militando ao longo do mês. No dia 6 de junho, um protesto também em São Paulo reuniu mais 5 mil estudantes, número considerado expressivo até então.

Vídeos, fotos e relatos em tempo real tomaram conta das redes sociais. No dia 17 de junho, o Twitter foi dominado, por volta das seis horas da tarde, por quase 20 mil compartilhamentos com as hashtags #WhiteMonday, #VemPraRua e #VemPraJanela. Era uma segunda-feira, e o Brasil se surpreendeu com pelo menos 270 mil pessoas saindo às ruas em trinta cidades do país. Na terça-feira, o impacto continuava: cerca de 110 mil pessoas ocuparam mais de quarenta cidades. O embalo seguiu na quarta-feira, quando mais de 140 mil pessoas inundaram trinta cidades. Até que, quando não se esperava mais que a explosão pudesse aumentar, cerca de 1,4 milhão de pessoas ocuparam 130 cidades do país na quinta-feira, dia 20 de junho.

As redes sociais difundiam o mapa colaborativo da chamada Revolta do Vinagre, ou Jornadas de Junho, e informavam locais de concentração dos protestos, pontos de conflito, rotas livres e se havia feridos. A frase “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país” era um dos achados do momento.

O clima de otimismo era latente: em uma pesquisa realizada pelo Ibope, a pergunta “Você acha que essas manifestações vão conseguir promover as mudanças que você reivindica?” obteve 94% de respostas positivas.² As marchas permitiram novas formas políticas de afeto, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão.

Como percebe Ivana Bentes, os contornos dessa nova geração política já se delineavam a partir de múltiplas frentes, incluindo demandas contra a especulação imobiliária e direitos dos povos indígenas:

Destaco a emergência de novas linguagens nesses movimentos urbanos: as mulheres da Marcha das Vadias exibindo seus seios e corpos pintados, reivindicando direitos e liberdade, ou as bicicletadas com os manifestantes pedalando nus pelas avenidas e ruas de São Paulo e enfatizando a relação do corpo com seu transporte e fazendo do corpo outdoors contra as

mortes dos ciclistas numa cultura dominada por automóveis. Ou ainda os corpos em risco e o confronto dos black blocs.

Ou seja, falamos de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações. Estamos nesse momento intenso de potencialização política e da emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos. Olhando para as imagens produzidas, cartazes, memes na internet, hashtags, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos.

Nesse quadro, Ivana destaca, no texto “Hackear, narrar: As novas linguagens do ativismo”, a atuação dos midiativistas, eficazes ao promover novas narrativas políticas. A Mídia Ninja teve um papel fundamental na reconfiguração midiática:

Os Ninjas, inspirados na ética hacker e na cultura digital, tomaram como prática o “hackeamento” das narrativas, o que significa dizer que, além de produzirem um contradiscurso em torno do sentido das manifestações, também pautaram a mídia corporativa e os telejornais em alguns episódios, notadamente o que revelou policiais infiltrados à paisana jogando coquetéis molotov na multidão, entre outras práticas arbitrárias (implantação de “provas”, abusos policiais etc.).³

Voltando ao caso específico dos protestos de junho de 2013, como a coletividade se sobrepunha à ação individual, o que inquietava a grande mídia e a polícia era a tentativa frustrada de localizar lideranças dentro dos movimentos. Os manifestantes, porém, se mantinham anônimos e não mostravam uma estrutura hierárquica. A um jornalista que perguntou seu nome, uma manifestante do Movimento Passe Livre respondeu: “Anota aí, eu sou ninguém”.⁴ A força da multidão tinha

sido descoberta por jovens que se deixavam atrair pelo magnetismo de um pertencimento provisório e precário. Testemunhávamos a emergência de uma nova linguagem tecnopolítica que superava o “clickativismo”, mas que claramente nasceu nas redes sociais.

É importante, nesse sentido, mencionar a análise da professora Tatiana Roque, que desvia estrategicamente das conexões produzidas na rede e enfoca nos laços formados entre movimentos, organizados em torno de interesses diversos. Tatiana demonstra, sobretudo, como os grandes momentos das marchas são aqueles em que as diferenças produziram circuitos imprevisíveis. Em busca de parâmetros analíticos para as novas insurreições, ela se pergunta: Quais modos de existência elas propõem? Qual o potencial de conexão entre os questionamentos que levantam e suas reivindicações? Para isso, Tatiana procura trabalhar com a heterogeneidade de posições que entram em cena.

Enquanto muitos insistiam em perguntar “o que” os manifestantes queriam, Luiz Eduardo Soares estava mais atento ao “como” se expressavam e a uma possível nova linguagem política que se revelava nas manifestações:

Sendo pequenos os cartazes e pequenas as letras em que as palavras estavam escritas, quem os podia ler? Para quem foram feitos? Para o outro com O minúsculo, o próximo, o vizinho da caminhada, o parceiro ou a parceira de travessia, quem estivesse ao lado e se dispusesse a olhar, ler e mostrar ao interlocutor o seu próprio cartaz, acrescentando comentários, talvez. O espaço do pequeno cartaz individualizado e expressivo é o do diálogo. Diálogo do tipo eu-tu, que só se sustenta se os sujeitos se supõem iguais, enquanto interlocutores, partícipes de um conjunto mais abrangente que os compreende, os inclui.⁵

A dinâmica particular dos múltiplos embates e negociações com O outro, com “o” minúsculo, era perceptível. É importante sublinhar um sintoma novo e relevante. Quando o MPL reivindicou a diminuição do preço das passagens — e mesmo a sua gratuidade — e os black blocs pediram o fim da Polícia Militar e a melhoria nos serviços públicos, eles mostraram que podiam ter voz sem a mediação de representantes políticos. Ampliaram o espaço da ação política e se valeram da possibilidade de pressionar as instituições do lado de fora. Revelaram, na verdade, um traço importante que caracterizou diversas manifestações similares ao redor do mundo, como o 15M espanhol, ou as manifestações turcas que também eclodiram em 2013, após a ocupação do parque Taksim Gezi. Não se ouviam apenas referências a representantes políticos, ideologias ou questionamentos a partidos e governos. Ao contrário, o que estava ali era uma visível *autonomia* dos participantes, que não dependiam exclusivamente do sistema político e operavam também por meio das *ações diretas* e dos debates e laços criados na ocupação coletiva dos espaços públicos. Anônimos do Comitê Invisível explicitam bem a potência em gestação nesse tipo de movimento:

O que aqui se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estado embrionário nem a organização que finalmente derubará o poder para constituir um novo, é antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras. [...] Há, nas insurreições contemporâneas, algo que os desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de *verdades éticas*.⁶

Assim, conexões improváveis e surpreendentes podem acontecer. Como lembra Tatiana Roque, as manifestações de 2013 desencadearam alianças que não poderiam ser programadas:

no Rio de Janeiro, por exemplo, professores sindicalizados se uniram a grupos de tendência anarquista como os black blocs; garis se juntaram a midiativistas e, durante a greve de fevereiro de 2014, encontraram o apoio de foliões do Carnaval.

As redes sociais, nesse momento, não eram vividas apenas como veículo eficaz para a propagação de informações, mas lançaram também as bases desejadas para um novo tipo de organização política: uma democracia conectada, participativa, transparente.

São fascinantes as novidades trazidas pelas linguagens e estratégias da nova geração política. O pesquisador Rodrigo Nunes aponta de forma certa algumas questões bastante bem-vindas no artigo “Anônimo, vanguarda, imperceptível”, publicado no número 24 da revista *serrote*.

Nunes repensa os limites dos fatores binários de certas leituras, que opõem expressividade/ representação, anonimato/ identificação, horizontalidade/ verticalidade, além de trazer uma perspectiva genealógica das inovações introduzidas pelo levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México. As estratégias zapatistas de uso das redes e de “não ter rosto” mostram-se como traços recorrentes e distintivos nos movimentos atuais. Passados cerca de 35 anos, a crise aguda da democracia e a desconfiança radical em qualquer tipo de representação, somadas ao desenvolvimento exponencial das mídias sociais, retomam a rede e a recusa a lideranças como eixo central da linguagem da nova geração política. No entanto, como aponta Rodrigo Nunes, se o anonimato e a ausência de representação são fatores férteis enquanto catalisadores de protestos, esse desejo de abertura costuma esbarrar a longo prazo em certos limites nas organizações. Em lutas continuadas, o que se vê é uma tendência à criação de lideranças ou símbolos que as representem.

As ruas não mantiveram a temperatura de junho, mas o entusiasmo dos manifestantes que acreditavam nessas trans-

formações definitivamente não se perdeu. Pelo contrário, dobrou-se em outras marchas, outras demandas, outros movimentos, estratégias e linguagens políticas, visceralmente ligadas ao éthos de junho.

Foi nesse quadro que o feminismo ganhou terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política. Na sequência das grandes marchas, as mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência ao cenário conservador que ameaça o país.

DEPOIS DE JUNHO VEM A PRIMAVERA

Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo “Fora, Cunha!”, no dia 13 de novembro. Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: “O Cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta”, “As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução” e “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista”. A ativista Manoela Miklos se impressionou com as ruas ocupadas: “Eu nunca tinha parado para pensar em quão natural é que a voz do coletivo seja sempre masculina. E naquele dia, o som das mulheres gritando juntas foi muito marcante”.⁷

A força dessas vozes demonstra como, em 2015, a luta feminista já alcançava patamares inéditos e levava milhares de manifestantes às ruas das grandes cidades do país. No dia 10 de novembro de 2015, a jornalista Luciana Araújo explicava os motivos da revolta: